Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA

CNPJ nº 24.232.886/0075-01

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	**Nota**	**2.021**	**2.020**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.516	1.476.486
Contas a receber	6	185.556	2.554.757
Estoques	7	2.147.691	2.279.227
Adiantamento a fornecedores		101.444	35.690
Outros ativos circulante		297.178	282.075
		2.768.385	**6.628.235**
Não Circulante			
Realizável em longo prazo			
Partes relacionadas a receber	13	3.638.524	3.068.270
Depósitos judiciais	15	391.828	365.741
		4.030.352	**3.434.011**
Imobilizado	8	74.442	120.058
Intangível	8	52.583	160.383
		127.025	**280.441**
		4.157.377	**3.714.452**
Total do Ativo		**6.925.762**	**10.342.687**

Passivo e patrimônio líquido negativo	**Nota**	**2.021**	**2.020**
Circulante			
Fornecedores	9	4.881.854	7.513.435
Honorários médicos	10	2.158.160	1.734.267
Obrigações sociais e trabalhistas	11	7.331.812	4.704.276
Obrigações fiscais	12	1.977.279	2.398.419
Partes relacionadas a pagar	13	3.113.305	3.462.946
Receita diferida		506.247	648.247
Outros passivos		7.813	2.229
		19.976.470	**20.463.819**
Não Circulante			
Obrigações fiscais	12	891.451	1.048.911
Provisão para descontinuidade	14	4.496.796	3.884.419
Provisão para contingência	15	1.501.132	1.065.484
		6.889.379	**5.998.814**
Patrimônio Líquido Negativo			
Patrimônio social negativo		(16.119.946)	(14.196.456)
Superávit do exercício		(3.820.141)	(1.923.490)
		(19.940.087)	**(16.119.946)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**6.925.762**	**10.342.687**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Receitas Operacionais	**Nota**	**2.021**	**2.020**
Receitas de subvenções - custeio	16	84.452.719	67.327.433
Receitas de subvenções - investimento	8b	265.008	265.008
Receitas financeiras		368.401	78.242
Outras receitas		1.688.944	282.295
Receitas com serviços voluntários		480	702
Total das Receitas		**86.775.552**	**67.953.680**
Despesas Operacionais			
Despesas com pessoal	17	(34.412.522)	(28.688.903)
Serviços de terceiros	18	(26.976.270)	(22.551.213)
Custo corporativo compartilhado	19	(4.213.494)	(3.366.112)
Drogas, medicamentos e materiais	20	(16.433.814)	(12.059.407)
Taxas e contribuições		-	-
		(82.036.100)	**(66.665.635)**
Amortização e depreciação	8b	(500.550)	(658.314)
Correio e comunicação eletrônica		(36.955)	(34.375)
Água, gás, energia elétrica e telefone		(1.656.964)	(1.393.770)
Fretes e carretos		(1.047.618)	(551.461)
Viagens e ajuda de custo		(364.022)	(273.223)
Locações		(717.998)	(642.013)
Indenização de responsabilidade civil		-	-
Despesas financeiras	21	(636.834)	(595.729)
Despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa	6b	(2.545.534)	1.978.468
Despesa com provisão para contingências	15	(435.648)	(456.015)
Outras despesas		(616.990)	(584.401)
Despesas com serviços voluntários		(480)	(702)
		(8.559.593)	**(3.211.535)**
Total das Despesas		**(90.595.693)**	**(69.877.170)**
Déficit do Exercício		**(3.820.141)**	**(1.923.490)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2.021	**2.020**
Déficit do Exercício	**(3.820.141)**	**(1.923.490)**
Outros resultado abrangentes	-	-
Resultado Abrangente dos Exercício	**(3.820.141)**	**(1.923.490)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Patrimônio social negativo	**Superávit (déficit) do exercício**	**Total**
Em 1° de Janeiro de 2.020	**(13.918.878)**	**(277.578)**	**(14.196.456)**
Transferência	(277.578)	277.578	-
Déficit do exercício	-	(1.923.490)	**(1.923.490)**
Em 31 de Dezembro de 2.020	**(14.196.456)**	**(1.923.490)**	**(16.119.946)**
Transferência	(1.923.490)	1.923.490	-
Déficit do exercício	-	(3.820.141)	**(3.820.141)**
Em 31 de Dezembro de 2.021	**(16.119.946)**	**(3.820.141)**	**(19.940.087)**

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2.021**	**2.020**
Superávit do exercício	**(3.820.141)**	**(1.923.490)**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	500.550	658.314
Realização de subvenções do ativo imobilizado	(265.008)	(265.008)
Despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.545.534	(1.978.468)
Déficit do exercício ajustado	**(1.039.065)**	**(3.508.652)**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(176.333)	3.900.781
Estoques	131.536	(801.529)
Adiantamento a fornecedores	(65.754)	52.139
Depósitos judiciais	(26.087)	(183.749)
Outros ativos circulantes	(15.103)	(47.637)
Fornecedores	(2.631.581)	1.486.183
Honorários Médicos	423.893	556.629
Obrigações sociais e trabalhistas	2.627.536	725.679
Obrigações fiscais	(578.600)	355.564
Provisão para descontinuidade	612.377	560.991
Provisão para contingência	435.648	456.015
Receita diferida	(142.000)	-
Contas a pagar e outros passivos	5.584	2.229
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais	**(437.949)**	**3.554.643**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(82.126)	(32.525)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(82.126)**	**(32.525)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos captados de partes relacionadas	(919.895)	(4.542.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(919.895)**	**(4.542.347)**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(1.439.970)**	**(1.020.229)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.476.486	2.496.715
No fim do exercício	36.516	1.476.486
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(1.439.970)**	**(1.020.229)**
Déficit do Exercício	**(3.820.141)**	**(1.923.490)**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.021 e de 2.020
Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 07 de dezembro de 2.006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público da Transamazônica, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e ajustáveis a cada 12 (dose) meses. Em 07 de dezembro de 2.012, celebrou novo contrato de gestão, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses. Em 2.017 vigorou o décimo termo aditivo ao contrato de gestão, sendo este último vigente até 06 de dezembro de 2.017. Em 07 de dezembro de 2.017, foi celebrado junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará o novo Contrato de gestão 005/SESPA/2.017 com vigência até 06 de dezembro de 2022. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitano e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. **c) Ações estratégicas para manutenção das atividades operacionais:** A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para equilibrar as receitas e despesas do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará. Em função dos déficits apurados ao longo do contrato de gestão, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido negativo R$ 17.208.085 e patrimônio líquido negativo R$ 19.940.087. A Administração continuará com as ações estratégicas que são: reduzir ainda mais os custos hospitalares sem prejudicar os atendimentos e pleitear junto ao Governo do Estado do Pará o reequilíbrio financeiro contrato de gestão. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 24 de março de 2.022. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamen-** continua➤

continuação

tos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota 8 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 14 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 15 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos na Associação:** Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de investigação do Ministério Público. Buscando honrar os 53 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** Receita diferida - investimento: As receitas diferidas de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes De Caixa

Descrição	2.021	2.020
Fundo fixo	36.509	36.254
Banco conta movimento **(a)**	7	1.440.232
	36.516	**1.476.486**

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber se Clientes

Descrição	2.021	2.020
Secretaria executiva de saúde pública **(a)**	5.276.624	5.100.291
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa**(b)**	(5.091.068)	(2.545.534)
	185.556	**2.554.757**

(a) Secretaria executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. **(b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, com baixa expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará no próximo exercício social. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo em 1º de Janeiro	(2.545.534)	(4.524.002)
Reversão (complemento) de provisão	(2.545.534)	1.978.468
Saldo em 31 de dezembro	**(5.091.068)**	**(2.545.534)**

7. Estoques

Descrição	2.021	2.020
Dietas enterais e parenterais	15.900	25.539
Fios cirúrgicos	23.486	25.351
Gases medicinais	28.298	18.991
Materiais de radiologia	660	2.112
Materiais hospitalares de consumo	569.696	621.526
Materiais hospitalares de reposição e manutenção	224.735	184.191
Medicamentos	615.178	859.507
Materiais de diálise e hemodiálise	270.539	153.835
Materiais de lavanderia e limpeza	103.010	100.687
Materiais de laboratório	106.677	96.143
Outras	189.512	191.345
	2.147.691	**2.279.227**

8. Imobilizado e Intangível:

a) Composição: Itens	2.021 Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2.020 Líquido
Imobilizado				
Aparelhos médicos e cirúrgicos	3.798.977	(2.577.132)	1.221.845	1.239.737
Benfeitorias	160.735	(75.288)	85.447	92.159
Equipamentos de informática	480.746	(449.108)	31.638	35.252
Equipamento telefônico	7.689	(7.689)	-	-
Equipamento laboratório escolar	359.970	(352.496)	7.474	12.194
Instrumentos de med. e cirurgia	2.392.244	(2.391.870)	374	31.900
Máquinas e equiptos de escritório	135.319	(127.810)	7.509	10.765
Máquinas e equiptos hospitalares	3.306.806	(2.823.040)	483.766	613.945
Móveis e utensílios de escritório	278.327	(200.494)	77.833	48.557
(-) Subvenções a realizar	(1.841.444)	-	(1.841.444)	(1.964.451)
	9.079.369	**(9.004.927)**	**74.442**	**120.058**
Intangível				
Direito de uso de software	1.732.535	(1.679.952)	52.583	160.383
	1.732.535	**(1.679.952)**	**52.583**	**160.383**

b) Movimentação: Itens	Saldo em 31/12/20	Adições e (baixas)	Depreciação/Realizações	Saldo em 31/12/21
Imobilizado				
Aparelhos médicos e cirúrgicos	3.656.977	142.000	-	3.798.977
Benfeitorias	161.385	(650)	-	160.735
Equipamentos de informática	448.545	32.201	-	480.746
Equipamento telefônico	7.689	-	-	7.689
Equipamento laboratório escolar	359.970	-	-	359.970
Instrumento de med. e cirurgia	2.392.244	-	-	2.392.244
Máquinas e equiptos de escritório	135.319	-	-	135.319
Máquinas e equiptos hospitalares	3.268.096	38.710	-	3.306.806
Móveis e utensílios de escritório	233.009	45.318	-	278.327
(-) Subvenções a realizar *	(2.229.459)	(142.000)	265.008	(1.841.443)
(-) Depreciação **	(8.060.736)	-	(944.190)	(9.004.927)
	120.058	**115.579**	**(679.182)**	**74.442**
Intangível				
Direito de uso de software	1.732.535	-	-	1.732.535
(-) Amortização **	(1.572.152)	-	(107.800)	(1.679.952)
	160.383	**-**	**(107.800)**	**52.583**

continua

continuação

*As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante ao valor correspondente a depreciação do bem e montou a R$ 265.008, nos exercícios de 2021 e 2020. **As despesas com depreciação e amortização apuradas, conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2.021 montou a R$ 500.550 (Em 2.020 - R$ 658.314). **C) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%
Benfeitorias	4,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Equipamento telefônico	20,0%
Equipamento laboratório escolar	10,0%
Instrumento de med. e cirurgia	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.021	2.020
Materiais e medicamentos	3.574.078	4.769.662
Serviços tomados de pessoa jurídica	1.257.604	2.716.737
Serviços tomados de pessoa física	6.000	11.096
Imobilizado	44.172	15.940
	4.881.854	**7.513.435**

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.021	2.020
Honorários médicos pessoa jurídica	2.158.160	1.734.267
	2.158.160	**1.734.267**

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	1.594.013	1.437.406
Provisão para dissídio coletivo **(a)**	2.357.509	-
Indenizações	395.790	-
FGTS	252.958	229.997
INSS	122.980	135.345
Provisão de férias e encargos	2.569.625	2.839.977
Outras	38.937	61.551
	7.331.812	**4.704.276**

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2.021 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSP - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de setembro/2020 a agosto de 2.021, e 10,42% referente ao período setembro/2021 a dezembro/2021. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de maio/2020 a abril de 2.021, e 3,80% referente ao período maio de 2.021 a dezembro de 2.021.

12. Obrigações Fiscais

Descrição	2.021	2.020
Imposto de renda retido na fonte	316.417	547.717
Imposto sobre serviços retido na fonte	77.402	64.074
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	1.386.764	1.581.224
Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais (PERT) **(a)**	196.696	205.404
Passivo circulante	**1.977.279**	**2.398.419**
Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais (PERT) **(a)**	891.451	1.048.911
Passivo não circulante	**891.451**	**1.048.911**

(a) Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais: Em novembro de 2.017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496/17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela variação da taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2.027.

13. Partes Relacionadas

Descrição	2.021	2.020
Ativo circulante		
*Empréstimos financeiros **(b)***		
Sede Administrativa	3.571.796	2.267.986
Hospital de Yutaka Takeda	-	800.000
Hospital Abelardo Santos	284	284
Hospital Santarém	66.444	-
	3.638.524	**3.068.270**

Descrição	2.021	2.020
Passivo circulante		
*Empréstimos de materiais e medicamentos**(a)***		
Hospital de Marabá	-	6.961
Hospital Infantil Octavio Lobo	188.041	166.407
Hospital Metropolitano	199.991	193.151
Hospital de Santarém	772.883	675.223
Hospital Galileu	985.000	986.615
Hospital Infantil de Barcarena	21.022	203
*Serviços corporativos compartilhados **(b)***		
Sede Administrativa	946.370	1.434.386
	3.113.305	**3.462.946**

(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. **(b) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **14. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo inicial	**3.884.419**	**3.323.428**
Adições (Nota 17 - despesa com pessoal)	742.647	656.865
Baixas por rescisões de contratos	(130.270)	(95.874)
Saldo final	**4.496.796**	**3.884.419**

15. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.021	2.020
Trabalhistas	934.168	792.296
Cíveis	566.964	273.188
	1.501.132	**1.065.484**

A movimentação da provisão para contingência está demonstrada a seguir:

Descrição	2.021	2.020
Saldo em 1º de janeiro	**1.065.484**	**609.469**
(+) Complemento de provisão	435.648	456.015
Saldo em 31 de dezembro	**1.501.132**	**1.065.484**

Depósitos judiciais: Em 31 de dezembro de 2.021 os depósitos judiciais montam a R$ 391.828 (Em 2.020 montaram a R$ 365.741), e estão representados por ações trabalhistas em trâmites na justiça para as quais ainda cabem recursos. **16. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do Hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.021 montam a R$ 84.452.719 (Em 2.020 montaram a R$ 67.327.433).

17. Despesas com Pessoal

Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	(18.843.218)	(17.124.381)
Insalubridade	(2.443.819)	(2.099.913)
Horas extras e adicionais	(2.674.765)	(1.141.799)
Décimo terceiro salário	(2.248.909)	(1.902.966)
Férias	(3.036.216)	(2.599.481)
FGTS	(2.263.408)	(2.053.373)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(742.647)	(656.865)
Contribuição patronal ao INSS	(7.626.801)	(6.972.359)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	7.626.801	6.972.359
PIS	(274.346)	(250.321)
(-) Isenção do PIS	274.346	250.364
Outras	(2.159.540)	(1.110.168)
	(34.412.522)	**(28.688.903)**

18. Serviços De Terceiros

Descrição	2.021	2.020
Serviços médicos de pessoa jurídica	(22.340.814)	(18.751.392)
Serviços tomados de pessoa física	(3.984)	(2.372)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(4.631.472)	(3.797.449)
	(26.976.270)	**(22.551.213)**

19. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

20. Drogas, Materiais e Medicamentos:

Descrição	2.021	2.020
Medicamentos	(5.650.737)	(3.403.227)
Ortese e prótese	(469.082)	(627.639)
Materiais de uso do paciente	(4.466.539)	(3.469.616)
Gases medicinais	(604.256)	(310.879)
Gêneros alimentícios	(1.108.330)	(838.244)
Materiais de limpeza e lavanderia	(686.960)	(533.153)
Materiais de conservação e manutenção	(449.647)	(550.635)
Hemoderivados	(1.253.836)	(1.087.026)
Dieta enteral e parenteral	(482.566)	(374.823)
Combustíveis e lubrificantes	(161.357)	(121.922)
Outros	(1.100.504)	(742.243)
	(16.433.814)	**(12.059.407)**

21. Despesas Financeiras

Descrição	2.021	2.020
Despesas bancárias	(15.665)	(14.254)
Juros	(442.908)	(369.258)
Multas	(178.261)	(212.217)
	(636.834)	**(595.729)**

22. Instrumentos Financeiros

Descrição	2.021	2.020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	36.516	1.476.486
Pelo custo amortizado		
Contas a receber - Contrato de gestão	185.556	2.554.757
Partes relacionadas	3.638.524	3.068.270
Total	**3.860.596**	**7.099.513**
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	4.881.854	7.513.435
Honorários médicos	2.158.160	1.734.267
Partes relacionadas	3.113.305	3.462.946
Total	**10.153.319**	**12.710.648**

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **24. INSS cota patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR Nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de

continua

continuação

n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que defere, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de n.º 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Em 02/07/2021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2021-35 relativo ao triênio 2022 a 2024. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2021 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa n° 17- Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **25. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA, é uma enti: dade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. *Para estas demonstrações não houve fato gerador.* Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Altamira, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.021	2.020
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.603.252)	(2.038.610)
Contribuição patronal ao INSS	(7.626.801)	(6.972.359)
Contribuição ao PIS	(274.346)	(250.321)
Imposto sobre serviços (ISS)	(4.222.636)	(3.366.372)
	(14.727.035)	**(12.627.662)**

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **26. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Unico de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade. **27. Outros Assuntos - Pandemia Covid-19:** O HRPT possui 97 leitos no total sendo assim distribuídos: 32 leitos cirúrgicos, 21 leitos clínicos, 6 leitos GO, 15 leitos de Pediatria, 9 UTI adulto, 5 UTI Neo, 5 UTI Pediátrica, 4 Berçário. No ano de 2021 o HRPT para atendimento a pacientes graves de COVID19 bloqueou leitos de cirurgias eletivas, leitos clínicos e pediátricos, para montar a estrutura de atendimento aos pacientes grave de toda a região, conforme os termos aditivos do Governo do Estado, fato este, ofereceu impacto direto no desempenho econômico da unidade e na realização de atendimentos, sendo que dos 97 leitos da unidade, foi mantida uma média 40 leitos exclusivos para atendimento à covid19, no ano de 2021. Porém, com a cobertura dos aditivos contratuais, relacionados abaixo que foram cumpridos pelo Governo do Estado do Pará, a unidade não apresentou impactos consideráveis em suas demonstrações financeiras de eventuais gastos sem cobertura contratual. Outro fato relevante foi o recebimento, em novembro de 2021, dos valores das despesas com pacientes COVID 19 referente ao ano de 2020. Nos meses de março, abril e maio de 2021, não foi possível cumprir efetivamente as metas contratuais (ambulatório, SADT Externo e Saídos) do contrato de gestão, porém a unidade estava amparada pelo decreto federal de isenção de cumprimento de metas. Temos Aditivos do Ano de 2021: 4º Termo Aditivo de 08/01/2021 implantação de 20 leitos para pacientes COVID19 sendo 10 UTI COVID e 10 ENF COVID no valor de R$ 829.998. 5º termo Aditivo de 01/02/2021 manutenção dos 20 leitos de COVID e amplia mais 10 leitos de UTI COVID passando então para 30 Leitos COVID, sendo 20 UTI COVID e 10 ENF COVID no valor de R$ 2.619.996. 6º Termo Aditivo de 29/03/2021 manutenção dos 30 Leitos COVID e amplia mais 20 leitos de COVID, ficando 30 leitos de UTICOVID e 20 Leitos de enfermaria COVID no valor de R$ 4.279.992; 7º Termo Aditivo de 28/05/2021 reduz a quantidade de leitos de COVID para 20 UTI COVID e 10 Leitos de enfermaria COVID, no valor de R$ 2.619.996; 8º Termo Aditivo de 17/06/2021 para manutenção dos leitos de COVID existentes 30 leitos e ampliação de 10 UTI e 10 Enfermaria COVID, no valor de R$ 4.279.992; 9º Termo Aditivo de 16/08/2021 Manutenção de 50 leitos exclusivos para atendimento COVID19 no valor de R$ 4.279.992. 10º Termo Aditivo de 23/09/2021 inclusão de Serviço de Colposcopia e EZT 40 exames, no valor de R$ 15.000 mensal; e ampliação do % de cumprimento de metas para 90%; 11º Termo Aditivo de 15/10/2021 Inclusão de Serviço de Ambulatório de Neuropediatria 150 consultas, no valor de R$ 50.000 mês; 12º Termo Aditivo de 15/10/2021 abertura de 10 leitos de COVID sendo 7 UTI COVID e 3 Enfermaria COVID no valor total de R$ 881.998. 13º Termo Aditivo de 22/11/2021 ampliação para 15 leitos UTI COVID e 5 leitos Enfermaria COVID no valor de R$ 2.684.997. A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais.

Dom Carmo João Rhoden - Presidente • **Pe Carlos Fritzen -** Diretor Corporativo Administrativo
Edson Gonçalves Primo - Diretor Geral do Hospital • **Alisson Carlos Souza Gomes -** Diretor Financeiro do Hospital
Marilde Mencato - Contadora do Hospital - CRC 1RO 03.720/O-9"T"-PA • **David Martins Ferreira -** Contador Corporativo - CRC: 1SP195.413/O-2"S"-PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira – PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Regional Público da Transamazônica – Altamira/PA** (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 1c, que demonstra as ações estratégicas da administração para manutenção das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 17.208.085 e patrimônio líquido negativo R$ 19.940.087. A reversão dessa posição negativa depende do sucesso de negociações entre a Entidade e o Governo do Estado do Pará. Os eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1c, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase – Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." ocorrida no exercício de 2018 na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

continua

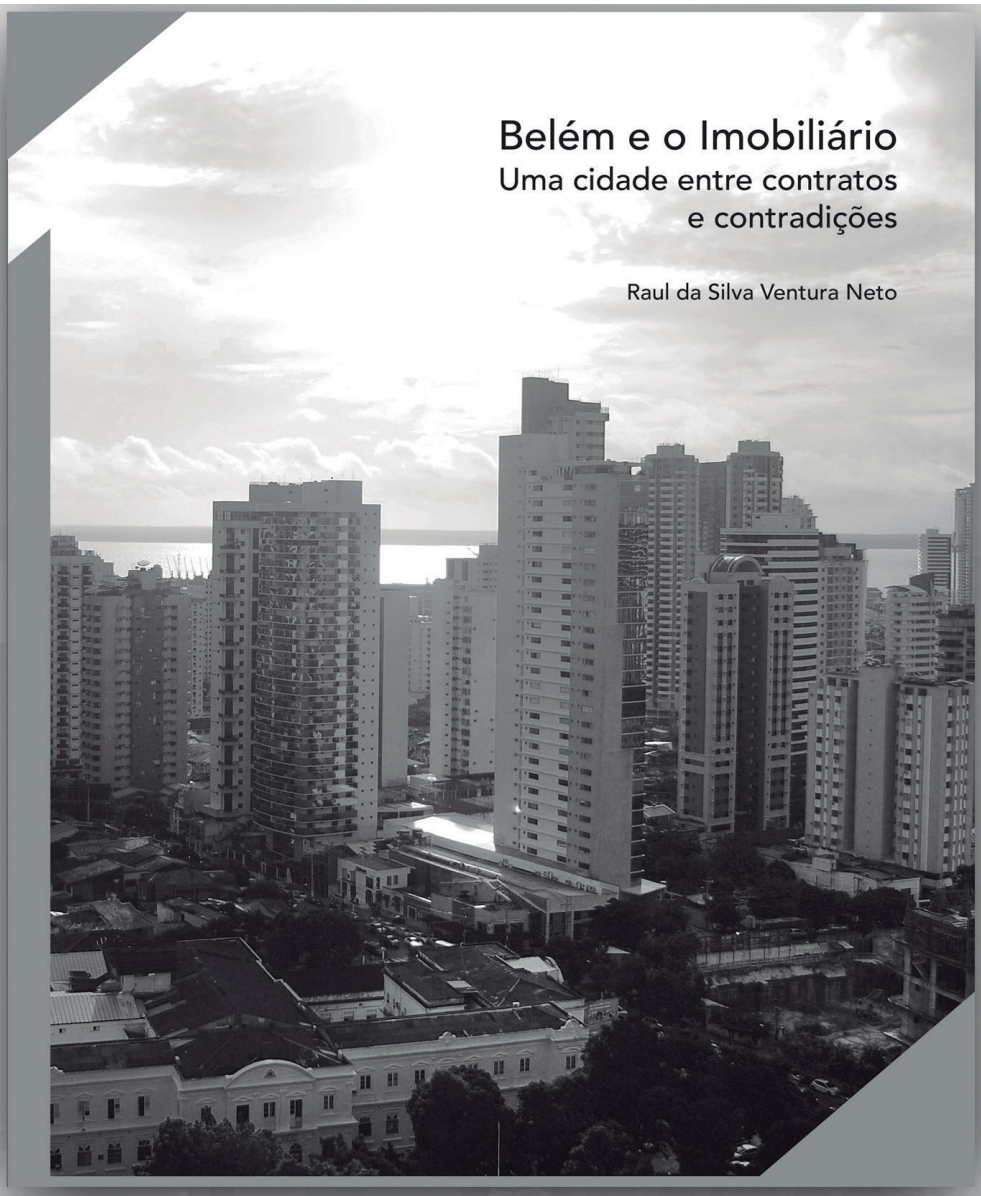
continuação

● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2.022.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5

Protocolo: 779036



Edições Hoje
4009-7817